

O CAJU COMO FONTE DE RENDA SUSTENTÁVEL NA COMUNIDADE CAJAZEIRAS NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO/PB

Aretuza Candeia de Melo

Universidade Estadual da Paraíba – Campus I - Campina Grande/PB

E-mail: tuzacm@gmail.com

Helena Maria da Conceição de Araújo

Universidade Estadual da Paraíba – Campus I - Campina Grande/PB

E-mail: wtsilva@gmail.com

Aristeia Candeia de Melo

Faculdades Integradas de Patos – Patos/PB

E-mail: teiacmfip@gmail.com

RESUMO – Este trabalho teve como objetivo realizar uma descrição investigativa-observatória sobre o processo da fruticultura do caju na Comunidade Cajazeiras no Município de Assunção-PB, no qual o método aplicado foi o qualitativo (coleta de dados) e empírico (observação), por meio da análise da produção e cultivo como fonte de renda para os pequenos agricultores da comunidade. Esta atividade vem sendo atingida pela ação devastadora da poluição e impacto ambiental causado pelas mineradoras que extraem o minério de caulim através do processamento em banquetas, que nos últimos anos vem passando a ter um maior significado econômico em detrimento da agricultura familiar. A metodologia constou de uma pesquisa bibliográfica e de campo, com aplicação de questionários direcionados a Secretaria de Agricultura do Município e aos agricultores da comunidade. Percebeu-se a urgência dos poderes públicos, profissionais da área ambiental, técnicos da Emater-PB e interessados na área em pôr em prática propostas de revitalização, valorização socioeconômica e ambiental que contribuam para o desenvolvimento sustentável desta região.

Palavras chave: Fruticultura; Produção; Agricultores; Mineradoras.

ABSTRACT - This work aimed to conduct an investigative-observatory description about the process of the cashew fruit in the community Cajazeiras in Assunção-PB, in which the method applied was the qualitative (data collection) and empirical (note), through the analysis of production and cultivation as a source of income for small farmers in the community. This activity has been hit by the devastating action of pollution and environmental impact caused by the mining companies that extract the kaolin ore by processing in stools, which in recent years been through having a greater economic significance at the expense of family agriculture. The methodology consisted of a bibliographical research and field, with questionnaires directed the Secretary of agriculture to farmers and the community. It was realized the urgency of the public authorities, environmental professionals, technicians of Emater-PB and interested in implementing proposals for revitalization, socioeconomic and environmental recovery that will contribute to the sustainable development of this region.

Keywords: Fruit; Production; Farmers; Mining companies.

1 Introdução

O caju comum e o anão-precoce pertencem à família *Anacardiaceae*, da classe *Dicotyledoneae*, do gênero *Anacardium* e da espécie *Anacardium occidentale* L. O cajueiro comum chega a atingir de 8 a 20 m de altura, enquanto o anão-precoce alcança entre 2 a 5 m de altura. Ambos têm origem brasileira e 98% das plantações se concentram na Região Nordeste do Brasil, principalmente na zona litorânea.

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

Normalmente, quando se trata da fruta do caju se remete ao pedúnculo, ou seja, o pedúnculo floral hipertrofiado pseudofruto, pois a fruta propriamente dita é a castanha. O caju se divide em duas partes quanto ao peso: 10% da castanha (fruto) e 90% do pedúnculo (pseudofruto) (FILHO, 2002, p.12). Haja vista, que tanto seu fruto (a castanha) quanto o pedúnculo (parte que se extrai a polpa) é altamente comercializável, além de apresentar alto teor nutricional e medicinal.

Para Gomes (2010, p.24):

O cajueiro é elemento popular da marcação do tempo. Segundo o calendário dos tupis, caju também significava ano, coincidindo com o ciclo de frutificação do cajueiro. Portanto, em cada ano, guardavam uma castanha da fruta em uma cabaça, sabendo assim a quantidade de anos já vividos. Daí veio à sinonímia popular para caju: ano

No Nordeste brasileiro, principalmente no Estado do Ceará e no interior do Rio Grande do Norte são praticados a produção e o cultivo do caju, agregando valor à fruta e as localidades na qual se desenvolvem. O caju para as comunidades rurais do Estado da Paraíba há muito tempo se apresenta como uma possibilidade de fonte de renda, decorrente da adaptabilidade natural desde a Região do Litoral, passando pelo o Cariri Ocidental até alçar o Sertão paraibano. Infelizmente esta expansão do cultivo não está sendo realizado com base no desenvolvimento sustentável, apresentando no interior do estado uma elevada desuniformidade, comprometimento com a produtividade e retorno econômico por parte do poder público e empresarial; neste aspecto enquadram-se os donos das mineradoras de caulim.

A Região do Cariri Ocidental, mais precisamente na Comunidade Cajazeiras em Assunção-PB, o caju se apresentou durante várias décadas como uma atividade econômica promissora, trazendo renda e desenvolvimento por meio da agricultura de sequeiro para as famílias que buscavam suas sobrevivências através desta produção. Devido à ausência de políticas públicas em caráter local, longos períodos de estiagens, pragas como a da mosca branca entre outras, a cultura foi sendo colocada em segundo plano, dando lugar a extração do minério caulim.

O objetivo principal deste trabalho foi realizar uma descrição investigativa-observatória e empírica sobre a temática “A Fruticultura do Caju Como Fonte de Renda Sustentável na Comunidade Cajazeiras no Município de Assunção-PB”. Com a análise deste trabalho, perceberam-se a importância de trazer à comunidade uma solução concreta para problemas os socioeconômicos no qual os agricultores da região do Cariri se encontram vulneráveis ao processo de mineração na área, no qual estes deveriam estar inseridos em uma proposta econômica sustentável e produtiva, a fim de

alcançar a independência financeira dos indivíduos e do coletivo.

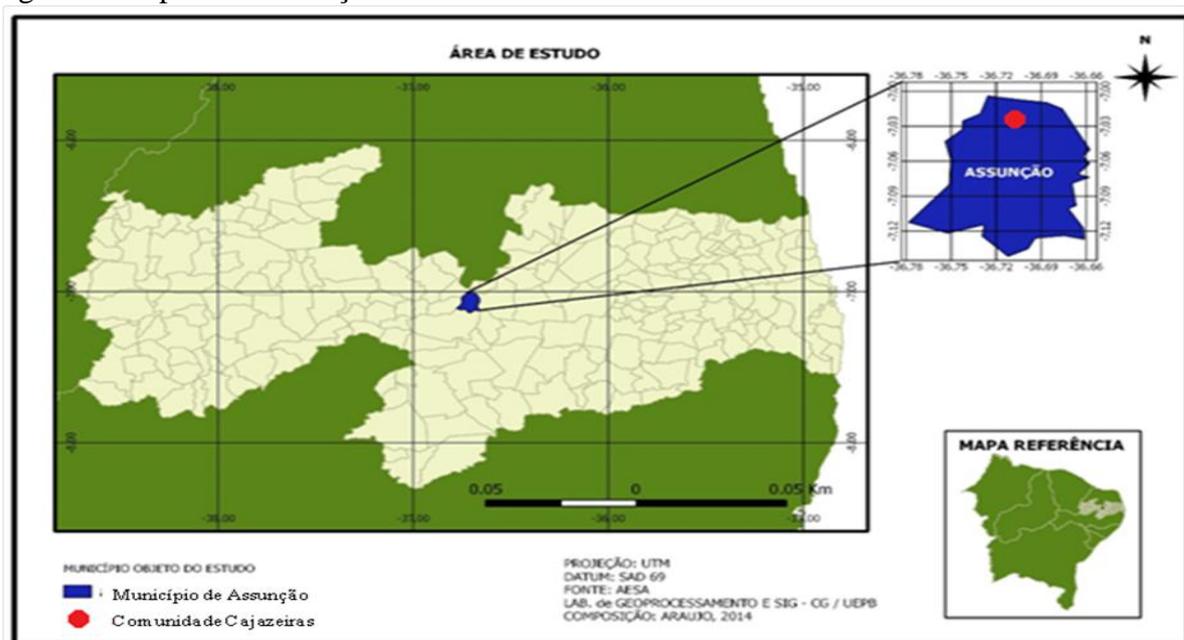
No Nordeste brasileiro a cajucultura exerce forte influência por auxiliar aos pequenos agricultores a complementarem sua renda. Como destaca Guanziroli (2009, p.98), *trata-se, portanto, de uma cultura também adaptada às condições socioeconômicas da agricultura familiar*, já que a produção de caju oriunda de pequenas propriedades chega a atingir 85% no território nacional, e estes são os que menos lucram com a comercialização da fruta, visto que estes participam da venda indireta.

2 Metodologia

2.1 Caracterização da Área de Estudo

O Município de Assunção localiza-se na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Ocidental paraibano, a 223 da capital do Estado - João Pessoa. Assunção apresenta uma área territorial de 126,427 km², enquanto a Comunidade Cajazeiras possui uma unidade de aproximadamente 2.233 ha, situando-se a uma altitude de 574m entre as Coordenadas Geográficas 7°02'54" latitude S e 36°43' 29" longitude W (IBGE, 2016) (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo



Fonte: AESA, 2014 e CPRM, 2005.

A Comunidade Cajazeiras faz parte da zona rural, localizando-se ao Norte do Município de Assunção-PB entre os Municípios de Salgadinho e Juazeirinho. A mesma apresenta aspectos físicos e naturais que se inserem na caracterização do Semiárido nordestino,

especialmente do Cariri paraibano. Assunção e a Comunidade Cajazeiras fazem parte da chamada área do Polígono das Secas ou Semiárido brasileiro.

A topografia apresenta predominantemente relevo ondulado à suavemente com cotas altimétricas entre 550 à 650m, com exceção de áreas situadas na porção Noroeste, mais precisamente na Serra do Frade, na qual esta apresenta valores entre 650m a 880 metros (CPRM, 2005).

Segundo a divisão do Estado da Paraíba em regiões bioclimáticas, a área estudada possui bioclima sub-desértico quente de tendência tropical, apresentando períodos de longas de secas, precipitação média anual de apenas 500 mm e exibindo temperaturas anuais de 24° a 28°. A vegetação é do tipo caatinga hiperxerófila, ou seja, caatinga-cariri, com exceção de áreas localizadas com clima de matas-serranas. Em relação à hidrografia, a comunidade encontra-se inserido na Bacia do Rio Paraíba e na sub-bacia Taperoá (CPRM, 2005).

2.2 Procedimentos Metodológicos

Foi utilizado o método qualitativo (coleta de dados) e empírico (observação), partindo de consulta a materiais bibliográficos acerca da temática, levantamento de dados (pesquisa de campo), embasado em entrevistas com a Secretaria Municipal de Agricultura e com os pequenos agricultores da Comunidade Cajazeiras em Assunção-PB. Para obter informações a respeito de ações e políticas públicas destinadas ao processo de reprodução dos valores culturais e econômicos com ênfase em atividades sustentáveis, destinados aos agricultores que desenvolvem e sobrevivem da cajucultura na comunidade, na perspectiva de analisar como estes desenvolvem suas atividades locais.

A elaboração dessa pesquisa se fez necessária pela busca de compreender a importância da fruticultura do caju, bem como avaliar o seu potencial como renda sustentável, partindo do pressuposto que a fruta em destaque tem 100% de aproveitamento e consumo, sem agredir o meio ambiente e promovendo a população e a região uma perspectiva de desenvolvimento baseado em uma agricultura familiar sustentável.

Com base em Keinert (2006), Guanzioli (2009), Leff (2010), Rodrigues e Marietto (2010), buscou-se trabalhar a perspectiva de integração do desenvolvimento sustentável com a cultura do caju como benefício econômico para a localidade. Para fundamentar o referido trabalho foi necessária a pesquisa de campo, por meio de visitas às propriedades, captura de imagens fotográficas, recorte do Google Earth (Versão 2016) para obter a delimitação da área estudada.

Com base no levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, levantamento de dados, e a entrevista realizada com agricultores e representantes da Secretaria de Agricultura, foram necessárias analisar a existência e inexistência das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da cajucultura. Neste trabalho foram questionados pontos a respeito da verdadeira possibilidade da implementação de uma cultura praticada visando o bem comum e o desenvolvimento da região, sob uma visão da revitalização do plantio dos cajueiros. A sustentabilidade colocada em destaque, partindo-se da escolha de uma cultura que agregue valores socioeconômicos na perspectiva da evidência do potencial regional.

A partir deste procedimento foi possível formular os resultados e discussões partindo da premissa da visão dos agricultores e postura dos representantes oficiais do município, em particular da Secretária Adjunta de Agricultura, possibilitando a análise do processo de produção do caju, a importância da produção na economia regional e como se encontra organizado os agricultores que persistem em sobreviver desta atividade, bem como são utilizadas as técnicas e manejo dos plantios.

3 Resultados e Discussão

Segundo a Fundação Banco do Brasil (2010), há algum tempo o cultivo do caju, especificamente a castanha passou agregar mais valor e lucro diante do pseudofruto, gerando renda a partir da exportação, mas atualmente ocorre uma atenção maior com relação à comercialização interna, devido à queda do mercado mundial nos últimos anos.

Na Comunidade Cajazeiras existem centenas de cajueiros dos tipos caju comum e anão precoce no sistema de agricultura de sequeiro, mas se tornam imperceptíveis a produção e a comercialização, visto que a cultura desenvolvida é do tipo exploratório. Neste sistema o agricultor apenas retira o que a árvore consegue produzir, recolhe os resíduos deixados, como folhas e restos de frutas e queimam.

Segundo a Secretária de Agricultura (2016) quando questionada sobre a importância socioeconômica da cajucultura no município, relata que:

Hoje não existe importância socioeconômica, por causa dos maus tratos dispensados ao longo da produção do caju, nem tanto a seca prejudica a plantação, e sim, a falta de tratos. O agricultor só quer explorar o que lhe é pertinente, neste caso apenas a castanha e desprezam a polpa, que fica solto no próprio local. Há uma grande preocupação por parte do poder municipal devido à ocorrência na queda na produção, porque não há poda adequada e tratamento do solo, além da contaminação destas pela extração do caulim. Se não houver um tratamento adequado vai ocorrer à mesma coisa que ocorreu com a plantação da pinha – Quase todos os pinhais morreram. O agricultor queima as folhas, não usa como adubo e nem utiliza nenhuma técnica

adequada. [...]. O caju está quase todo doente.

A mesma afirma que há algum tempo a gestão pública junto com os técnicos da EMATER-PB (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba realizaram levantamento de dados, apresentação de técnicas de manejo e cultivo. Mas, ultimamente não vem havendo o acompanhamento técnico e científico por parte da EMATER e da UFPB em acompanhar e promover ações que permeiem o avanço e a revitalização da área em foco, decorrentes da falta de verbas para esta finalidade.

A produção e o cultivo do caju encontram-se paralisadas por falta de conhecimento do agricultor em lidar com as longas secas e estiagens, a falta de projetos de perímetros irrigados até os cajueiros, bem como o impacto causado pela extração do caulim por meio do sistema de banquetas, que atinge o plantio desta cultura. Além dos entraves existentes na comunidade com o aparecimento da doença ocasionada pela mosca branca, desde o ano de 2012, esta enfermidade vem provocando uma grande queda na produção e conseqüentemente na comercialização.

Doença está semelhante à cochonilha do carmim presente na palma, que faz com que a planta tenha a aparência esbranquiçada e sem vida. Este problema tem solução, produz-se com base em óleo vegetal, água e sabão uma mistura, obtendo resultados em 20 dias a partir da aplicação, portanto são poucos os agricultores que se utilizam desta técnica (EMATER-PB, 2016).

Um dos agricultores entrevistados, Sr. Abel (2016), possui uma propriedade com 226 ha de terras, boa parte ocupada pela extração de caulim. Homem conhecedor da história da comunidade, cultura e economia local. Este relata que a descoberta do caulim na Comunidade Cajazeiras data da década de 1970, próximo ao período áureo do caju na região do Cariri Ocidental paraibano. Desde então, a extração desenfreada do minério vem acarretando degradação dos solos, mau uso dos recursos disponíveis e detenção de mão de obra barata (Figura 2).

Figura 2: Fenda aberta de extração de caulim na propriedade do Sr. Abel



Fonte: Segunda autora, 2016.

Quando questionado a respeito da possibilidade da revitalização do caju como fonte de renda, o mesmo diz:

Não existe mais a produção do caju, tá falido. É benéfica para a cidade a volta do mesmo, mas as pessoas preferem o dinheiro imediato trabalhando nas banquetas de caulim, sem segurança física e previdenciária, como a ajuda do INSS.... Caso ocorra algum acidente de trabalho, estes agricultores perdem todos os seus direitos que não dá segurança a eles e a sua própria família. O caulim não traz benefício à cidade, a não ser uma fonte de renda escravizada. Mas deixa saldos negativos, deixam resíduos como a mica que fica exposta ao céu aberto e degradação do solo... E nas terras de onde se tira o caulim ficam improdutivas, por que a vegetação é impedida de florescer. Eu acho que 50% do pessoal daqui trabalha com caulim, o restante está procurando novos meios de trabalhar fora da cidade (Figura 2).

A mica que é considerada o resíduo do caulim que fica exposto a céu aberto, nos tempos atuais vem impossibilitando a plantação de caju a desenvolver-se de maneira saudável, diminuindo a produção da fruta, do pedúnculo e até mesmo exterminando algumas plantações. Com a extração e transporte do caulim, ocorre um processo desenfreado de poluição e contaminação dos cajueiros, vegetação nativa e dos corpos d'água, devido este procedimento lançar e disseminar através dos ventos o minério por uma extensa na Comunidade Cajazeiras (Figura 3).

Figura 3: Plantação dos cajueiros impactados devido à presença de resíduos de caulim



Fonte: Segunda autora, 2016.

O Sr. Abel (2016) informa ter realizado a perfuração de poços na sua propriedade, mas as indústrias de exploração do local não dão a devida atenção aos impactos causados pelo caulim... *Nossos representantes são fracos, fizeram o poço, mas nada mais, e na Serra da Borborema tem muita água, só precisa de estudos e interesse por parte do governo, além de sofrermos com a falta de água, hoje também estamos enfrentando o problema com os cajueiros.*

A falta de políticas públicas que auxiliem o pequeno agricultor a se dedicar a cajucultura na região de Assunção é inerente a um desenvolvimento sustentável, devido à interferência direta de políticas ambientais e respeito com o meio ambiente. A região em estudo vem substancialmente deixando de explorar a

agricultura familiar e sustentável em detrimento da exploração do caulim, como também os municípios coparticipantes - Junco do Seridó, Juazeirinho, Soledade, Tenório entre outros.

Entre as décadas de 1970 a 1980, considerado como o período áureo do caju no Cariri Ocidental, apenas era comercializado a castanha, a parte do pedúnculo era desperdiçada, o que caracteriza desde esta época um manejo inadequado por parte dos agricultores. Portanto, a maior parte da produção da castanha era destinada ao Município do Junco do Seridó, no qual era realizada a comercialização da castanha assada, vendida as margens da BR-230 que corta o Estado da Paraíba no sentido leste-oeste.

Se ações fossem realizadas com o propósito de uma revitalização dos cajueiros, permitiria uma reorganização do espaço agrário local, visto que a quantidade destes na comunidade é bastante elevada e necessita apenas de cuidados básicos para o mercado, bem como a valorização do pedúnculo e a exploração adequada da castanha, já que existe um mercado consumidor garantido para este fim, não só no Estado da Paraíba, como em outras regiões do Brasil, com a produção de sucos, doces, mel entre outros advindos deste fruto e pedúnculo.

Quanto à importância de uma usina que beneficiasse a castanha e a polpa, agregando valores a comunidade e a todo o processo, os agricultores afirmaram que em um cajueiro de 12 x 10, produz-se 4 (quatro) sacas de castanha/ano; infelizmente todo o pedúnculo (polpa) é jogada fora. Se houvesse uma usina de beneficiamento geraria mais emprego e renda. Por outro lado, a Secretaria de Agricultura (2016) menciona que no período de chuvas, num espaço de 3 a 4 anos atrás, foram realizados projetos com licitações de transporte, refrigeração e beneficiamento, mas o Município de Assunção não pode ser contemplado por não ter abastecimento de água no perímetro urbano, fato este vivenciado nos dias atuais.

Esse projeto visava uma usina projetada pela Prefeitura Municipal e investimentos a nível federal, que teria abrangência regional, no qual a produção de caju dos municípios adjacentes seria comprada pela Associação de Frutas de Assunção (ASPROFRUTAS), produzindo derivados e comercializando os produtos.

Não existem políticas públicas, nós fizemos o acompanhamento, mas nenhuma política estadual, federal encontra-se voltada para este fim no município, porque as mesmas têm que agir, prosperar, incentivar e valorizar. O caju pode se tornar uma fonte de renda sustentável para Assunção, dependendo da chuva. É inviável dizer que o caju precoce vai dar aqui, porque nosso potencial é o sequeiro. Pode até chegar, mas hoje não é. E Assunção por si só não tem condições de implementar projetos neste âmbito, em decorrência das precárias condições do município e da ínfima arrecadação de impostos por parte da Prefeitura (SECRETÁRIA DA AGRICULTURA, 2016).

Na propriedade do Sr. José França (2016), foram iniciados o plantio a 8 anos do caju anão precoce, apresentando uma boa produtividade nos últimos 4 anos, período em que a seca e a estiagem foi se intensificando na região, bem como a disseminação da mosca branca em boa parte do plantio. O plantio de caju anão precoce do referido agricultor, na época de precipitação regular o número de pés produtivos chega atingir em torno de 1.000 unidades. Este agricultor disse que já chegou a produzir mais de 2.000 kg de castanha por/ano, atualmente houve uma queda de 85% na produção (Figura 4).

Figura 4: O marcador esquerdo indica a área com presença do caju comum, o da direita representa a localidade onde ocorre o plantio do caju anão precoce



Fonte: Adaptado do Google Earth, 2016.

O Sr. José França (2016) afirmou que:

As mudas foram compradas em Pacajus/ EMBRAPA, com um crédito rural que precisei ir a Serra Branca na época para conseguir, esperando que fosse uma nova forma de produzir com o caju Anão Precoce. O caju tem valor socioeconômico porque acontece quando não tem nada, apenas ele mesmo... Este ano não teve nada, por causa da estiagem, mas nos anos passados ajudava bastante. O caju tem safra na época de seca, não levando em referência os últimos anos, mas na safra regular o recurso era a castanha e a polpa era a parte desperdiçada. [...] Mas alguns anos atrás uma cooperativa do Rio Grande do Norte nos procurou na região e por dois anos na safra mesmo irregular a gente levava pra lá e aproveitavam essa polpa. [...] A potencialidade existe, mas a grande dificuldade é a chuva, mas a potencialidade seria os pequenos perímetros irrigáveis, se houvesse programas de governo para desenvolver a cultura ia ajudar quem tem pequenas propriedades como eu.

Para Sr. José Manuel (2016), seria necessário a implementação de políticas públicas que se desenvolvem técnicas de sequeiro apropriadas para a região, que até então são inexistentes, que visasse primeiramente à informação, técnicas e acompanhamento dos agricultores no campo.

Não existem políticas públicas. Poderia haver o auxílio por parte do governo com a distribuição de equipamentos e assistência da EMATER que nos ajudassem com esta cultura. Por exemplo, na proliferação da doença da mosca branca, alguns pés são altos, então deve ter uma assistência técnica da porteira para dentro de nossas propriedades; um equipamento de pulverização e tratores menores arando a terra daria para todos os agricultores. Ações de assistência técnica da porteira pra dentro e programas de distribuição de mudas de cajueiro Anão Precoce enxertado, como acontece no Rio Grande do Norte, onde os agricultores têm assistência não só na hora do plantio, mas também após as chuvas com pulverização e na hora em que as pragas se aproximam. [...]. É importante a renovação dos pomares, substituição pelos Anãos Precoce [...] Por isso que em lugares que existe o acompanhamento tem a produção do caju.

Fato curioso praticado pelo Sr. José Manuel em sua propriedade, é que ao saber da existência da mosca branca em áreas vizinhas, o mesmo cortou na altura do tronco 50% dos cajueiros anão precoce, o que gerou críticas severas por parte de outros agricultores da área, mas com o passar do tempo surtiu efeito, visto que as árvores podadas se desenvolveram e atualmente se apresentam mais produtivas que as demais (Figura 5).

Figura 5: Cajueiros anão precoce que houve a poda e não foi atingido pela mosca branca e o plantio que não houve a poda e foram atingidas



Pés em que houve a poda e não foram atingidos pela mosca



Pés em que não houve a poda e foram atingidos pela mosca

Fonte: Segunda autora, 2016.

Tornar o caju como uma cultura rentável, viável e promissora na Comunidade Cajazeiras é trazer para a população local uma visão desenvolvimentista sustentável. No entanto, é imprescindível uma nova reestruturação, planejamento e, principalmente, movimento das organizações e ações públicas que viabilizem oportunidade de implantação de novas formas de economia no município, fortemente ligadas a preceitos ambientais. Nada adianta planejar e

executar projetos e obras que não surtirão efeito para a comunidade, pois ainda é presente a ganância dos grandes sobre os pequenos, imoderado por bens e riqueza que vem da extração do caulim.

O que não se pode é esperar da natureza a solução de déficits produzidos ao longo de uma produção econômica desenfreada e imprópria, que prevalece o lucro como consequência da prática das grandes propriedades no qual se desenvolve as atividades nas jazidas de caulim.

4 Conclusão

Atualmente, têm-se opções de fontes de renda que agregam o padrão sustentável e ecologicamente correto, atendendo as necessidades de curto e longo prazo às gerações, e a produção de caju é uma dessas alternativas. Como relatado no escopo deste trabalho, a potencialidade da fruticultura do caju é uma causa evidente na Comunidade Cajazeiras, embora existam entraves como a seca, estiagens prolongadas e doenças como a mosca branca.

Pode-se observar que a maior dificuldade sem dúvida é a falta de informação e assistência técnica por parte da EMATER-PB aos agricultores familiares, além da prevalência da extração do caulim como renda favorável e imediatista para estes trabalhadores.

Existe a busca por uma cultura que seja propícia à região e traga renda direta aos agricultores, com a produção do caju Anão Precoce por meio da própria agricultora de sequeiro, com aplicações de pulverizadores após a floração, distribuição de mudas, aproveitamento, beneficiamento da castanha e do pedúnculo.

A importância socioeconômica do caju possui valor significativo na região, mas ultimamente foi percebido que a falta de políticas públicas e ações que deveriam mitigar a seca e a estiagem na região camuflam-se em condições naturais climáticas e afastam-se do pequeno agricultor, eximindo o poder público de suas responsabilidades junto à Comunidade Cajazeiras.

Acredita-se que haja de fato a agregação de valor econômico e cultural a produção de caju, portanto é necessário políticas de planejamento e gestão que criem estratégias de cultivo, manejo, assistência técnica integral, fomentado no coletivo e na reorganização do espaço agrário procurando o bem comum para todos os agricultores.

Para alcançar esses resultados far-se-á uso de reconhecimento da área e dos fragmentos de memórias dos agricultores a respeito da presença do caju no Município de Assunção, além da busca de aplicação de política públicas e ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável como base na

sustentação agrícola e familiar, a fim de possibilitar a inserção da região em atividades intrínsecas a valores culturais, socioeconômicos e ambientais.

5 Referencias

AESA. **Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba**. Governo do Estado da Paraíba. Laboratório de Geoprocessamento e SIG da Universidade Federal de Campina Grande/PB. João Pessoa-PB: AESA, 2014.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. **Diagnóstico do Município de Assunção - Estado da Paraíba**. Recife-PE: CPRM/PRODEEM, 2005.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **A Produção de Caju na Paraíba**. Portal Embrapa. Disponível: https://www.emter_pb.br/produção@agrícola/biblioteca/acervo. Acesso: 28/07/2016.

FILHO, B. J. C. **Revista Anima**. V.1, ano 1, n. 2, Trimestral (mar. 2002). Fortaleza-CE: Faculdade Integrada do Ceará – FIC, 2002. p.12.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Manual de Fruticultura do Caju**. Setembro de 2010. Disponível: www.bb.com.br/docs/pub/sitespub/sustentabilidade/dwn/CartilhaDRS.pdf - Acesso: 28/06/2016.

GOMES, J. **Os Frutos Sociais do Caju**. Brasília-DF: Fundação Banco do Brasil: Nt Mendes Editora, 2010. 231p.

GOOGLE EARTH. **Localização do Plantio de Caju na Comunidade Cajazeiras em Assunção-PB**. 2016. Disponível: <http://www.mapnall.com/pt/Mapa-Assun%.html>. Acesso: 01/04/2016.

GUANZIROLI, C. E. et al. Entraves ao Desenvolvimento da Cajucultura no Nordeste: margens de comercialização ou aumentos de produtividade e de escala?. **Revista Extensão Rural**. Ano XVI, nº 18, Jul – Dez de 2009. UFSM: DEAER/PPGExR – CCR, 2009. 96-122p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível. <http://biblioteca.ibge.gov.br/dtbs/paraiba/assuncao.pdf>. Acesso: 05/06/2016.

KEINERT, T. O Que é Sustentável e o que se Entender por Sustentabilidade?. **II WorkShopp de Risco e sustentabilidade**. São Paulo-SP: USP, 2006. Disponível: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Desenvolvimento_Sustentavel.pdf, Acesso: 28/03/2016.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. Tradução: Silvânia Cobucci Leite. São Paulo-SP: Cortez, 2010. 36p.

RODRIGUES, L. A. & MARIETTO, M. L. Agronegócio: inovação e gestão rumo a sustentabilidade. **Revista Científica Sapere**. Faculdade de Tecnologia de Tatuí, 2012. 10p. Disponível: <http://revistasapere.inf.br/download/terceira/AGRONEGOCIO.pdf> - Acesso: 14/07/2016.

SMA. **Secretaria Municipal de Agricultura de Assunção**. Prefeitura Municipal de Assunção-PB, 2016.